

Cadernos **IHU***ideias*



ISSN 1679-0316 (impresso) • ISSN 2448-0304 (online)
Ano 16 • nº 268 • vol. 16 • 2018



Contato e improvisação: O que pode querer dizer autonomia?

Alana Moraes de Souza

INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS



UNISINOS

Contato e improvisação:
o que pode querer dizer autonomia?

*Contact and improvisation:
what does autonomy mean?*

Resumo

O presente ensaio pretende pensar o problema da *autonomia* no fazer político hoje a partir de algumas problemáticas relacionadas à transição entre ciclos de lutas no Brasil. Superando o binômio *velhos* e *novos* movimentos, as reflexões apresentadas aqui respiram pelos interstícios e traçam algumas linhas entre a autonomia do *petismo* dos anos 1980 e as proposições daqueles e aquelas que foram às ruas em 2013 e que continuam experimentando possibilidades de luta e resistência. O texto apresenta a forma-ocupação como uma tecnologia política precisa para lidar com algumas das encruzilhadas antidemocráticas do regime neoliberal e seu modo de governo da vida.

Palavras-chave: Autonomia; Ciclo de lutas, Junho 2013; Ocupações.

Abstract

This essay aims to think about the problem of autonomy in the today's politics from some problems related to the transition between cycles of struggles in Brazil. Overcoming the old and new movements, the reflections presented here some lines between the autonomy of the "petismo" of the 1980s and the propositions of those who took to the streets in 2013 and who continue to experience possibilities of struggle and resistance. The paper presents form-occupation as a political technology needed to deal with some of the antidemocratic crossroads of the neoliberal regime and its mode of governing life.

Keywords: Autonomy; Cycle of struggle, June 2013; Occupation.

Cadernos **IHU***ideias*

Contato e improvisação: o que pode querer dizer autonomia?

Alana Moraes de Souza
Museu Nacional-UFRJ

ISSN 1679-0316 (impresso) • ISSN 2448-0304 (online)
ano 16 • nº 268 • vol. 16 • 2018

Cadernos IHU ideias é uma publicação quinzenal impressa e digital do **Instituto Humanitas Unisinos** – IHU que apresenta artigos produzidos por palestrantes e convidados(as) dos eventos promovidos pelo Instituto, além de artigos inéditos de pesquisadores em diversas universidades e instituições de pesquisa. A diversidade transdisciplinar dos temas, abrangendo as mais diferentes áreas do conhecimento, é a característica essencial desta publicação.

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS

Reitor: Marcelo Fernandes de Aquino, SJ

Vice-reitor: Pedro Gilberto Gomes, SJ

Instituto Humanitas Unisinos

Diretor: Inácio Neutzling, SJ

Gerente administrativo: Jacinto Schneider

ihu.unisinos.br

Cadernos IHU ideias

Ano XVI – Nº 268 – V. 16 – 2018

ISSN 1679-0316 (impresso)

ISSN 2448-0304 (online)

Editor: Prof. Dr. Inácio Neutzling – Unisinos

Conselho editorial: MS Rafael Francisco Hiller; Profa. Dra. Cleusa Maria Andreatta; Prof. MS Gilberto Antônio Faggion; Prof. Dr. Lucas Henrique da Luz; MS Marcia Rosane Junges; Profa. Dra. Marilene Maia; Profa. Dra. Susana Rocca.

Conselho científico: Prof. Dr. Adriano Naves de Brito, Unisinos, doutor em Filosofia; Profa. Dra. Angelica Massuquetti, Unisinos, doutora em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade; Profa. Dra. Berenice Corsetti, Unisinos, doutora em Educação; Prof. Dr. Celso Cândido de Azambuja, Unisinos, doutor em Psicologia; Prof. Dr. César Sanson, UFRN, doutor em Sociologia; Prof. Dr. Gentil Corazza, UFRGS, doutor em Economia; Profa. Dra. Suzana Kilpp, Unisinos, doutora em Comunicação.

Responsável técnico: MS Rafael Francisco Hiller

Imagem da capa: Ractapopulous (Pixabay)

Revisão: Carla Bigliardi

Editoração: Gustavo Guedes Weber

Impressão: Impressos Portão

Cadernos IHU ideias / Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Instituto Humanitas Unisinos. – Ano 1, n. 1 (2003) - . – São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2003- .
v.

Quinzenal (durante o ano letivo).

Publicado também on-line: <<http://www.ihu.unisinos.br/cadernos-ihu-ideias>>.

Descrição baseada em: Ano 1, n. 1 (2003); última edição consultada: Ano 11, n. 204 (2013).

ISSN 1679-0316

1. Sociologia. 2. Filosofia. 3. Política. I. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Instituto Humanitas Unisinos.

CDU 316

1

32

Bibliotecária responsável: Carla Maria Goulart de Moraes – CRB 10/1252

ISSN 1679-0316 (impresso)

Solicita-se permuta/Exchange desired.

As posições expressas nos textos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores.

Toda a correspondência deve ser dirigida à Comissão Editorial dos Cadernos IHU ideias:

Programa Publicações, Instituto Humanitas Unisinos – IHU
Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos
Av. Unisinos, 950, 93022-750, São Leopoldo RS Brasil
Tel.: 51.3590 8213 – Fax: 51.3590 8467
Email: humanitas@unisinos.br

CONTATO E IMPROVISACÃO: O QUE PODE QUERER DIZER AUTONOMIA?

Alana Moraes de Souza

Museu Nacional-UFRJ

*"O único modo de encontrar uma visão
mais ampla é estando em algum lugar em
particular". Donna Haraway*

1. No intenso agora: 50 anos de 1968

No mais recente filme de João Moreira Salles, *No intenso agora* (2017), o cineasta propõe uma reflexão sobre o processo político do Maio de 68 francês, mas também sobre o que seria aquele impulso revolucionário visto com os olhos de hoje. É um filme de muitas camadas, atravessado pela experiência pessoal do documentarista e que percorre caminhos afetivos confundidos com importantes acontecimentos históricos na França, no Brasil, na China, no mundo. O filme é inundado por uma tensão principal, talvez implicitamente *benjaminiana*, que tem a ver com o tempo, com as múltiplas dimensões da história, com as derrotas e suas heranças. *No intenso agora* é um manifesto de recusa nostálgica, das experiências passadas de luta e suas ilusões: Na tela, o Maio de 68 teria sido um golpe publicitário que mal pôde se sustentar depois de propostas financeiras irrecusáveis, um sopro de rebeldia fugaz derrotado por um velho general cadavérico que “não precisou dar nenhum tiro”, ainda que esteticamente preciso, formalmente interessante. Em uma entrevista na qual comenta o filme, João Moreira Salles¹ traça alguns paralelos com as jornadas de Junho de 2013 no Brasil. Suas afirmações contundentes nos ajudam a compreender algumas pistas deixadas no filme. Diz ele: “a nostalgia é perigosa porque é uma tentativa de recuperar o irrecuperável”, ou mais forte ainda:

1 <http://brasil.estadao.com.br/blogs/inconsciente-coletivo/maio-de-68-junho-de-2013/>

Há uma desconfiança muito grande de qualquer mediação e representação política, então as decisões são tomadas por assembleia, voto de consenso, essa coisa toda que eu acho que funciona muito bem e tem valor para unidades pequenas – cem, duzentas pessoas. Quando cresce e vira um país, a complexidade tem que ser levada em conta. Acho que Estados nacionais, quando se desfazem, não viram uma comunidade hippie de homens e mulheres solidários que se ajudam e se autorregulam. Eles viram a Iugoslávia, a Somália, o Iraque, a Síria. (Moreira Salles, 2017).

A entrevista de Jean Paul-Sartre com Daniel Cohn-Bendit, líder estudantil do Maio de 68 francês, é também mobilizada pelo diretor em sua montagem primorosa dos acontecimentos franceses. Para João Moreira Salles fica a indagação de Sartre sobre o problema de Maio de 68 não oferecer nada para “colocar no lugar”: “logo virão as férias!”, alertava Sartre. As férias chegam e o “vazio” deixado pelo impulso destituente de Maio aparece no filme facilmente preenchido pelo clamor nacional do imaginário republicano francês. A maior marcha do Maio de 68 foi a marcha nacionalista, católica, com sede de ordem, nos mostra o filme. O que aconteceu? Ou melhor: o que teria deixado de acontecer? Voltando à entrevista de Sartre, no entanto, nos parece ainda hoje inaudito o frescor intuitivo de Cohn-Bendit que, no olho do furacão, conseguiu captar o que seria um dos maiores feitos daqueles dias: *“Lo que ha sucedido desde hace dos semanas constituye, a mi entender, una refutación de la famosa teoría de “las vanguardias revolucionarias” consideradas como las fuerzas dirigentes de un movimiento popular”*².

Como bem sugere o sociólogo norte-americano Immanuel Wallerstein (1996), as revoltas de 1968 inauguraram um ciclo. Foi a primeira revolução verdadeiramente global, defende ele: Vietnã, movimento negro norte-americano, ascenso operário latino-americano, greves italianas, Primavera de Praga. O Maio francês rompia o consenso da democracia liberal outrora admitido, desde então, tanto pelos liberais como por grande parte dos socialistas, o que ele chama de “velha esquerda”. As grandes greves operárias engrossavam o novo caldo da radicalidade do período. A frase de Cohn-Bendit anunciava o que os operários já estavam experimentando nas fábricas: a luta se faz no chão da fábrica e não é mais possível confiar nos acordos entre patrões e a burocracia sindical. Retomar a palavra. “As mobilizações operárias obrigaram as centrais sindicais da França à convocação de uma greve geral de 24 h no dia 13 de maio

2 A entrevista pode ser lida aqui: <https://salvajespalabras.wordpress.com/2012/05/13/sartre-entrevista-a-daniel-cohn-bendit/>

que paralisa 450 mil manifestantes”, lembra Moura (2016)³. No Brasil, a greve de Osasco de 1968 produzida a partir de comissões de fábrica, pela base, se desenhava como uma das maiores mobilizações operárias da história do país. Em 1968, a palavra de ordem não era “unidade”, mas alianças, composições que traçavam da fábrica à universidade, do antirracismo à luta contra guerra, riscos de liberdade e outras imaginações de mundo.

Maio de 68 ainda nos interpela na Primavera Árabe, nos Indignados espanhóis, no Occupy Wall Street, nos levantes estudantis chilenos e brasileiros, nos novos quilombos, Black Lives Matter, nos ecos de Junho de 2013, nas ocupações urbanas de luta por moradia, nas lutas pela reapropriação dos espaços comuns, no grito contra a polícia militar. Na busca pelos rastros de felicidade de sua mãe em um tempo mítico na China de Mao, João Moreira Salles parece ter encontrado o pai. Aquele que diz “esqueçam, o sonho acabou. Voltem pra casa!”. Não precisamos escolher entre Estado Nacional ou a triste tragédia síria, como sugere o diretor. O nosso agora é outro.

2. O problema não é a herança, e sim o que fazer dela

No intenso agora é um filme que nos convoca a pensar o problema das heranças. A herança do que foi o levante de 1968, a herança da felicidade improvável de sua mãe em um mundo que finalmente a deslocava e lhe permitia um respiro. Isabelle Stengers (2005a) afirma que o problema não é a herança, mas o que escolhemos fazer dela. É o problema de como herdar as experiências de luta que nos antecederam.

Walter Benjamin dizia, na segunda tese sobre o conceito de história, que a toda geração foi concedida uma parte da força “messiânica” de transformar, revolucionar o mundo (Benjamin, 1987). Numa chave benjaminiana de que todas as lutas questionam não somente as atuais opressões e injustiças mas igualmente as do passado, havendo uma possível libertação conjunta, não se deve estranhar que “novas lutas” estejam associadas, em vários momentos, à ideia de *ancestralidade* (Moraes; Tibile, 2015). Trata-se de perceber “a insurreição perpétua, subterrânea, que pulsa incessantemente por debaixo da torrente estercorária de hipocrisia, brutalidade e estupidez que define a história do Brasil tal como ‘feita’ pelas classes dominantes. Se o Brasil é o ‘país do futuro’, é porque este é um país onde a conta de seu passado escravista, etnocida e ecocida

3 <http://www.esquerdadiario.com.br/O-1968-operario-no-Brasil-a-greve-dos-operarios-da-Cobrasma>

ainda não foi cobrada. Mas vai ser” (Viveiros de Castro, 2015)⁴. Territórios quilombolas, novos levantes e retomadas indígenas, o potente e renovado ciclo das lutas negras arrombando as portas de uma sociedade profundamente escravocrata, uma geração de mulheres feministas que desaprenderam a aguentar.

Pensar em termos de “geração política” nos parece interessante na medida em que esse conceito se abre para pensarmos também o conjunto de experiências políticas comuns que afeta e produz subjetividades em um determinado período: suas questões, fissuras, dilemas e rupturas. Não se trata, portanto, de um corte geracional no sentido etário, mas de pensar uma produção política a partir de uma experiência comum de embates, questões e desejos que se abrem em um determinado momento histórico.

Nesse sentido, nos interessa menos manter a distinção entre “movimentos tradicionais” e “movimentos autônomos” ou entre “velhos movimentos” e “novos movimentos” do que pensar em termos de gerações políticas e ciclos de luta. Cada geração política é interpelada por um conjunto de urgências, de problemas incontornáveis e é a partir dessa confrontação, presente nos processos de acirramento, que as gerações vão formulando suas questões e se relacionando com as experiências anteriores. Não nos espanta o fato de que as manifestações de Junho de 2013 tenham sido predominantemente muito jovens enquanto as verde-amarelas de 2015, além de brancas, muito velhas. O fascismo tem quase sempre a face de um pai e patrão tentando retomar o controle da casa em um momento de forte questionamento de sua autoridade – seja ela nas empresas, nas casas, nos comitês centrais.

Hoje temos coexistindo majoritariamente no Brasil duas gerações políticas no chamado “campo da esquerda”. Uma geração política que se forjou na luta pela redemocratização, que teve que lidar com a criminalização das formas de organização política e com a crise da experiência do chamado “socialismo real” e que teve que, por isso, reelaborar uma gramática democrática fundada na ideia da autorrepresentação da classe trabalhadora.

A ação, no começo dos anos 1980, dos chamados “novos movimentos sociais”, sindicalismo, movimentos de bairro, mobilizações no campo da saúde, operou “uma espécie de alargamento do espaço da política” ao rechaçar “a política tradicionalmente instituída” e politizar as questões cotidianas. Um tipo de invenção de “novas formas de política” que se chocou

4 A reflexão sobre nova geração política no Brasil é fruto de uma pesquisa com Jean Tible e Bruno Tarin: <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/12092.pdf>

com uma ‘velha política’ ainda dominante no sistema estatal”, partindo de um propósito de tomar “nas mãos as decisões que afetam suas condições de existência”. (Sader, 1988, p. 20, 21). Iniciou-se um novo ciclo que transformou o país e esses movimentos expressaram “tendências profundas na sociedade que assinalavam a perda de sustentação do sistema político instituído, (...) a enorme distância existente entre os mecanismos políticos instituídos e as formas da vida social” (Sader, 1988). A questão da “autonomia” passa a ser um tema central de reflexão sobre os movimentos sociais daquele período em comparação com aqueles anteriores ao golpe de 1964. Desse caldo de lutas e novas experimentações, rupturas com a esquerda anterior e tendo o “novo” como um emblema, surge o Partido dos Trabalhadores.

Essa foi a proposição mais importante da experiência fundadora do PT e que conseguiu, por isso, atrair para si um conjunto de movimentos sociais, de lutas do campo e da cidade em torno de um projeto político que iria governar o país durante 14 anos. A hipótese de autogoverno da classe sustentada por um metalúrgico nordestino foi potente porque deslocava, por um lado, as elites dirigentes do país que não mais conseguiam sustentar uma ditadura militar e civil e, por outro, deslocava também o papel da tradicional vanguarda marxista, da intelectualidade ilustrada que sempre pensou e executou um certo projeto de nação. A Revista *Desvios*, que existiu de 1982 a 1985, reunia intelectuais e militantes petistas em torno do tema da autonomia da classe trabalhadora, interpelando criticamente a divisão entre trabalho intelectual e a classe, entre quem manda e quem sempre obedeceu. Mas o impulso da autonomia petista também era aquele que pretendia construir um governo do povo, para o povo – ainda que num mar sempre tempestuoso de debates e disputas internas sobre o que seria esse projeto, como seria ganhar uma eleição.

Esse projeto foi atravessado pelo problema do governo, e o que se chama hoje de *lulismo*, uma forma política que finalmente veio a hegemonizar a cultura do *petismo*, aos poucos foi reconfigurando a proposição da autonomia classista em um problema de “gestão”. Uma nova tecnocracia foi produzida, as tensões pacificadas, a proposição radical da autonomia não cabia mais em homens que começaram a acreditar em seus ternos, gravatas, planilhas.

É o problema do modo de gestão neoliberal, que, segundo as reflexões recentes de Laval e Dardot (2016), se sustenta necessariamente pela desdemocratização das sociedades. O neoliberalismo nos revelou aos poucos que sua aposta central não era tanto no programa do “estado mínimo” – como a maior parte da esquerda sempre acreditou, na América Latina e no mundo – mas a ruptura radical do sistema que articulava ca-

pitalismo nacional, Estado social e democracia liberal. O neoliberalismo precisa colonizar o Estado, estar dentro dele para definir as regras do jogo: um aparato jurídico musculoso que sustente a reprodução das elites de um lado e do outro, uma política de encarceramento e extermínio da juventude negra que possa abafar toda a sorte de revolta.

Junto a isso, o neoliberalismo atua desde uma nova “razão de mundo” cujo princípio é produzir a concorrência permanente entre indivíduos, o permanente investimento de si. “Trata-se de afundar o maior número de pessoas possível num universo de competição e lhes dizer: “que ganhe o melhor!”⁵ (Laval; Dardot, 2016). É a morte da política enquanto impulso de transformação, a consolidação de governados, “beneficiários”, consumidores da vida política.

Ninguém poderia dizer, entretanto, que a experiência do governo do PT tenha sido inteiramente desperdiçável. Ao menos aqueles e aquelas que passaram a ter alguma segurança alimentar, luz elétrica ou ingressaram no ensino público superior. E ninguém poderia dizer, igualmente, que a receita lulista de negociação com as forças neoliberais seja replicável ou tenha conseguido jogar fora do jogo que já estava posto: aumento do encarceramento, política de “pacificação” que se convertia em guerra contra os pobres, Amarildos, Douglas, Cláudias junto a um processo crescente de financeirização da vida, das cidades, fortalecimento dos monopólios midiáticos. O neoliberalismo é um Estado enorme e blindado e agora está no Rio de Janeiro coordenando uma intervenção militar. Uma *necropolítica* que produz morte e governa pelo regime do medo permanente.

Junho de 2013 é o acontecimento que nos permite falar em uma nova geração política, porque expressa, de muitos modos, novas proposições. A mais radical, a nosso ver, é a de redemocratização da política e, por isso, ela foi também a fabricação de um novo campo de conflitualidade que desfazia os consensos políticos produzidos pelo lulismo e pela anestesia antidemocrática do modo de gestão neoliberal: “*A multidão, transbordando as fronteiras do institucional, questionou o consenso, a realpolitik do pemedebismo como única política do possível*”⁶. (Moraes; Tibile; Parra; Schavelzon et al., 2014). Mas não podemos esquecer que Junho também questionou o poder policial e, ao menos no Rio de Janeiro, a política de segurança pública que com o pretexto de “pacificar” fazia desaparecer corpos como o de Amarildo.

5 <http://vaporaevento.blogspot.com.br/2016/01/o-neoliberalismo-e-uma-forma-de-vida.html>

6 <http://vml029.epm.br/bitstream/handle/11600/10258/Junho-potencia-das-ruas.pdf?sequence=1>

As pessoas foram à rua para tomar parte. Era preciso nos liberar do papel de telespectadores das nossas próprias vidas. É preciso voltar a decidir, ainda que para isso seja necessário romper com as regras do jogo elaboradas entre elites políticas, empresariais, financeiras, midiáticas e do judiciário. A herança de um petismo disruptivo, que em seus primeiros capítulos buscava deslocar as regras do jogo e elaborar um lugar de autonomia ao mesmo tempo em que produzia um lugar de encontro, de luta contra o jogo previamente estabelecido, ainda está para ser herdada. As forças conservadoras desejaram herdar muito rapidamente a hipótese de Junho, mas ela ainda está aí nos interpelando, traçando novas rotas, nos exigindo um renovado imaginário radical.

Herdar não tem a ver com ser grato ou condescendente com todos os erros daquele que parte – como nos mostra a filosofia antropofágica indígena, herdar pode ser devorar o inimigo, o ponto de vista do outro. Vilaça afirma que, na filosofia ameríndia, é preciso se apropriar, digerir e incorporar a alteridade para depois reconstituí-la.

Os grupos inimigos tornam-se guardiões da memória do grupo, e a memória do grupo (inscrita nos nomes que se tomou, nas carnes tatuadas, nos cantos e discursos em que se recapitulam quantos se matou e se comeu) é uma memória dos inimigos. Os inimigos passam a ser indispensáveis para a continuidade do grupo, ou melhor, a sociedade tupinambá existe no e através do inimigo. (Carneiro da Cunha; Viveiros de Castro, 1985, pp. 191-208).

A máquina neoliberal devorou o lulismo a seu modo moderno. Resta saber se é possível devorar o autonomismo do *petismo* de um modo indígena. Não podemos mais ser ingênuos, lembra Donna Haraway. É preciso nos implicar em um projeto coletivo e desejar ganhar, escapar da melancolia da derrota. Produzir reflexões que sejam implicadas nos processos de luta em curso: não há fórmula mágica que invente a revolução. Também não precisamos de “unidade” que apague nossas diferenças. O segredo é saber cozinhar com o que tem na geladeira, como nas ocupações urbanas.

3. Praças, escolas, terrenos, aldeias, quilombos: ocupação como tecnologia política

O que queremos dizer quando dizemos “autonomia”? A ideia de autonomia possui uma contradição intrínseca com a ideia de “organização”? Preferimos pensar que “autonomia” tem mais a ver com um certo campo relacional construído em um determinado momento cujo objetivo é deslocar a situação para fora de um campo de forças centrípetas, forças que

agem pela unificação em um centro, uma simplificação e depuração das diferenças, imobilização dos movimentos que traçam tangentes.

Em uma citação de Félix Guattari retomada por um artigo recente de Rodrigo Nunes (2017), o filósofo francês afirma que ainda seria possível falar em *leninismo* desde que o termo não significasse um partido fortemente centralizado, mas, de outra forma, a possibilidade de as “massas tomarem o controle dos fatos”. Retomar o controle dos fatos nos parece uma boa definição de “autonomia” – mas acrescentaríamos, inspirados por Isabelle Stengers (2005), que esse campo relacional também se define a partir da ideia de “tecnologia” ao invés da ideia de “verdade”.

Segundo a filósofa, é uma distinção ética baseada no postulado de que a “tecnologia” possui um “senso de responsabilidade” do qual a “verdade” sempre escapa. A verdade dos programas, a verdade de uma instância de direção que se pensa desimplicada da vida prática, do fazer-mundos e relações. Ou seja, a “autonomia” pode ter a ver com a urgência de elaborar e organizar nossas tecnologias de fazer mundos, de possibilitar modos de vida dissidentes e é isso que vai nos implicar, criar pertencimentos. Também tem a ver com uma “política do meio”: no sentido de ser fortemente ancorada no meio em que se encontra, localizada e aberta a ser atravessada por um ecossistema vivo de reflexões, problemas, implicações, e não guiada por uma resposta exterior fundada na autoridade.

É a incontornável formulação zapatista de “mandar obedecendo” que bem traduz esse chamado à situação, uma prática política localizada na vida, uma outra politização que brota da experiência compartilhada de uma situação. Curiosamente, “autonomia” pode ter mais a ver com “interdependência” do que com “nomadismo”, com pertencimento à uma sensibilidade coletiva e seu potencial de mobilização do que com uma busca pela pureza de princípios. “Autonomia”, nesse sentido, tem a ver com responder a uma situação prática de luta, uma causa, e poder se mover rapidamente na direção das soluções mais eficazes porque se está, justamente, em um lugar de autonomia em relação ao burocratismo exterior, a princípios estáticos, às regras do jogo reproduzidas entre elites políticas, sejam elas da direita ou da esquerda, às cartilhas. Autonomia tem a ver com uma inteligência prática que possa produzir infraestruturas de uma vida coletiva e também modos de pensar que deixem aflitos aqueles que comandam.

Não é por acaso o fato de muitas lutas hoje no mundo assumirem a “forma-ocupação” como forma privilegiada de enfrentamento e resistência. O que se realiza nessa forma de luta é, entre outras coisas, a coletivização das formas de reprodução antes encerradas nos contornos da

domesticidade. Uma tecnologia política que se conecta com a infraestrutura básica da vida: alimentação, limpeza, formas diversas de cuidados. É uma “forma” de luta que, do ponto de vista do repertório, desloca para o centro da coletividade a questão primordial da reprodução: como manter a vida possível? Trata-se mesmo, e assim observamos nas ocupações, de uma “domesticação” da política, atualizada no cotidiano e suas situações, na qual a mobilização coletiva só é possível a partir de uma linguagem doméstica da reprodução da vida e cuidado com as relações. As ocupações fabricam uma constante negociação da existência coletiva: regras, protocolos, modos de funcionamento, compartilhamento de intimidades e suas tensões. O “nós” não é um sujeito pronto de antemão, ele se faz no dia-a-dia, é um experimento permanente e por isso exige cuidado.

De certa forma, a tecnologia política das ocupações ataca um dos sistemas centrais de funcionamento do neoliberalismo: os governantes querem nos convencer de que eles têm o monopólio técnico e especializado de resolver nossos problemas. É a cena do prefeito Fernando Haddad desatinado tentando convencer o MPL (Movimento Passe Livre) de que as “contas não fecham”, de que há verdade nas planilhas, quando toda a verdade estava no acontecimento político produzido naquele momento.

Nas ocupações, vivemos a experiência da feitura cotidiana de nós mesmos. Não só alimentação, limpeza, cuidados básicos, mas é também nesse espaço em que se vive coletivamente a busca por problemas comuns que antes eram ilhados no espaço doméstico: sofrimentos, violência sexista, problemas com o álcool, desemprego. As relações vinculadas à reprodução da vida revelam de maneira brutal que a precariedade corpórea, quando exposta em um território político, nos obriga a pensar pela interdependência. Não se trata apenas de negar a forma neoliberal de gestão da vida, mas chegamos no exato momento de experimentar e fabricar, ainda que de forma precária, outras formas de existência. Quando se ocupa uma praça, um terreno, uma escola, a proposição fundamental não é tanto a disputa pelo poder central, mas a possibilidade de produzir um modo de vida desde sua reprodução básica.

É nesse mesmo território compartilhado, na possibilidade de politizar a reprodução da vida, na elaboração de novas implicações práticas que se estabelece na forma-ocupação onde também se embaralha a velha divisão marxista entre infraestrutura e superestrutura, experiência e consciência. Extrair o “p” maiúsculo da política e assumir a noção de *politização* permanente das nossas vidas para que nossas experiências de liber-

dade possam também ser práticas constituintes e contaminadoras de outras práticas.

Das ocupações das escolas em São Paulo em 2015, passando pelos inúmeros territórios quilombolas, indígenas ou pelas experiências das ocupações urbanas de luta por moradia – a ocupação de São Bernardo do Campo feita pelo MTST já contava com mais de oito mil famílias em outubro de 2017 – o que temos, é a elaboração contínua de um modo de existência comum que “toma o controle dos fatos” a despeito do mercado e do Estado. Não é possível pensar hoje o Brasil sem esses territórios e a tecnologia política que eles vêm elaborando e experimentando. Isso não quer dizer que as ocupações não tenham “líderes”, ou pessoas com destacadas responsabilidades. Mas as lideranças forjadas nesses contextos são, quase sempre, aquelas capazes de “responder” à situação, *response ability*. São aquelas que também, quase sempre, revelam a habilidade de uma política de alianças expressa muitas vezes na linguagem do parentesco: as mulheres lideranças das ocupações dos sem-teto são chamadas de “tias”. Em várias outras experiências de ocupações, falas como “éramos como uma família” são tão recorrentes como reveladoras.

Uma vez mais, a filosofia política indígena ameríndia parece ter aqui mais a ver com nosso futuro do que com o nosso passado. O “bom chefe” é aquele que tem como dever a generosidade. O antropólogo Pierre Clastres atesta que o dever da generosidade é de forma tão radical um atributo da chefia ameríndia que o chefe é “submetido a uma pilhagem permanente” pelos seus (Clastres, 2003, p. 48). Um chefe sem poder de pensar ou agir apesar da situação, mas ao contrário, o bom chefe é aquele que pensa com ela.

4. Contato, improvisação, novos respiros

A “autonomia”, enfim, pode ser um impulso de levar a sério os problemas que os “poderosos tentam esconder a qualquer custo”, como sugeria Deleuze em outro contexto. Pensar porque se é obrigado, interpelado por um problema, uma obstrução. “O que é primeiro no pensamento é o arrombamento, a violência, é o inimigo” (Deleuze, 1988:230). A autonomia do pensamento e da ação política devem ser então conduzidas pelo ruído inescapável da luta de classes – uma classe que não pode ser mais entendida como a classe operária branca ou o proletariado nos termos mais estritos do marxismo, mas uma classe que se compõe pela diferença, por todos e todas aquelas que, ao seu modo, desafiam e incomodam o modo de vida capitalista e seus fatores. Como bem lembrou Jean Tible

(2017)⁷ em um texto recente, parece que os inimigos percebem melhor a conexões entre classe e diferenças do que as próprias esquerdas:

Huntington e seus parceiros temiam o fortalecimento da participação, protestos e organizações de “negros, indígenas, chicanos, estudantes e mulheres” e suas demandas/lutas nos anos 1960, enquanto um deputado gaúcho, presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária, julga que “quilombolas, índios, gays, lésbicas, tudo que não presta” estariam influentes demais no então Governo Federal de 2013. (Tible, 2017).

Um campo político autônomo, nesse sentido, assume o primado da luta muito mais do que de um programa já elaborado; reconhece a importância de alianças muito mais do que de “unidade”. Não é o pensamento que nos situa, mas é a luta situada e os problemas do cotidiano da manutenção da vida coletiva que nos obrigam a pensar. No cotidiano de uma ocupação, na luta pela liberdade de Rafael Braga, na luta contra a expansão da especulação imobiliária e aos ataques às populações que ferem o projeto higienista e neoliberal de cidade, na resistência dos indígenas contra um projeto predatório de desenvolvimento, dos sem-teto, das universidades públicas e seus renovados coletivos de mulheres, dos movimentos negros, nas batalhas de *slam*, na resistência dos movimentos dentro do campo da saúde coletiva, novas possibilidades de compartilhamento de cuidados: o que importa é “fazer funcionar” a resistência, a vida em comum, um encanamento, uma cozinha, as relações. Criar alianças e conexões para que a luta seja mais eficaz. Algumas feministas vêm chamando essa virada de uma ecologia pragmática ou de uma poética da infraestrutura. Uma perspectiva revolucionária não tem mais a ver com a reorganização institucional da sociedade, mas com a “configuração técnica dos mundos”, diz o comitê invisível.

É a partir do faro das lutas que podemos produzir uma contracartografia do neoliberalismo e compreender de maneira menos ingênua seu funcionamento. Não se trata de um problema de linguagem – a facebookização da política tem produzido respostas “caça-likes”, coletivos-empresas especialistas em “mídias”, mas que se tornam logo previsíveis, neutralizados e vazios de reflexão.

O neoextrativismo que avança com violência sobre territórios e modos de vida, as renovadas formas de disciplina pela dívida e a financeirização que produzem um modo de vida urbano insuportável, a reação também violenta do machismo e patriarcado avançando sobre nossos corpos em um novo ciclo de caça às bruxas, a explosão do encarcera-

7 <http://outraspalavras.net/brasil/brasil-salto-interrompido/>

mento e da violência policial contra a população negra, a violência contra os corpos transgêneros e travestis. Nossa estratégia de resistência vem daquilo que sentimos na pele, no corpo. A luta de Marielle Franco é agora a imagem mais bem acabada do que nos convoca. Em seu corpo e potência estão impressos o poder e perigo de uma mulher negra que ousa denunciar o modo de funcionamento racista e cruel do capitalismo. Marielle é maré e a maré agora transborda por todos os lados.

Todo escândalo feito pelos homens brancos heterossexuais em relação ao “lugar de fala” se sustenta por um equívoco mais ou menos deliberado. O lugar de fala tem mais a ver com uma postura ético-política de assumirmos um determinado lugar pelo qual somos afetados, atravessados e interpelados pelo mundo que habitamos. Estar em contato com o meio que nos cerca, com as pessoas com as quais estamos em relação de aliança, “pensar pelo meio”. O racismo, nesse sentido, não se constitui como um espaço de “autoridade de fala” como denunciavam, mas é um lugar onde corpos são afetados, mortos, expulsos. Só é possível pensar a ação política a partir desse lugar de vulnerabilidade, nos acena Judith Butler: “o *queer* é uma aliança de pessoas de vidas precárias”⁸. O lugar de fala é um lugar eficaz e incontornável para pensar o que pode um corpo, o que ele não aguenta mais. E é a partir desse lugar situado que podemos elaborar depois as respostas coletivas. Isso nos coloca uma outra postura importante de ser assumida: Nossos corpos não terminam na fronteira da pele, na verdade eles nunca terminam, e a luta é, antes de tudo, uma zona possível de refeituas de nossos corpos, de curas e cuidados.

Um diálogo com a dança contemporânea nos parece inevitável aqui – especialmente a partir de uma prática de origem norte-americana conhecida como “contato e improvisação”. Steve Paxton, bailarino com experiência em aikidô e ginástica olímpica, é um dos principais elaboradores dessa prática cujo sentido era de:

descobrir como a improvisação em dança poderia facilitar a interação entre os corpos, as suas reações físicas e como proporcionar a participação igualitária das pessoas em um grupo, sem empregar arbitrariamente hierarquias sociais. (Leite, 2005).

O *contato e improvisação* foi criado a partir do impulso de produzir uma dança para qualquer corpo, corpos que não fossem treinados, inclusive. “Não pressupunha a figura de um mestre a ser copiada pelos outros. Não queria eventos heroicos ou um vocabulário simbólico” (Leite, 2005:91). Sua matéria-prima são os movimentos do dia a dia: caminhar,

8 <http://agenciapatriciagalvao.org.br/mulheres-de-olho-2/judith-butler-o-queer-e-uma-alianca-de-pessoas-em-vidas-precarias/>

cair, colidir. Aos poucos, a técnica foi sendo experimentada entre duas pessoas que obedecem a um único princípio: estarem sempre em contato, mover-se juntas. Não se sabe quem conduz ou quem é conduzido: é preciso experimentar o movimento que se compõe junto e, a partir do contato, compreender como é possível se mover, quais lugares de investigação são interessantes e possíveis.

A ausência do objetivo de virtuosismo no Contato Improvisação fazia com que ele pudesse ser ensinado, pelo menos no início, rapidamente, em contraste com o longo tempo necessário para ensinar os princípios das outras danças em geral. Por causa da sua base em noções físicas de sentir internamente o peso e o toque, o Contato Improvisação atraiu tanto bailarinos quanto não-bailarinos. Enquanto sua definição o restringe, ajudando a identificar e clarificar o que é Contato Improvisação, a sua concepção e ideologia o caracterizaram como aberto e livre, uma experimentação em pesquisa de movimento. (Leite, 2005: 94).

Nos parece interessante imaginar as novas lutas de resistência de coloração autonomista como uma coreografia improvisada bastante próxima do que seria a proposta do *contato e improvisação*. O que importa, nesse sentido, é ser um “praticante”, não um “iniciado”, alguém portador de um princípio mais “puro”, uma formação prévia, um corpo treinado e pronto. É importante, entretanto, saber ser afetado pelo outro corpo, compreender a feitura de um movimento sem condutores e conduzidos, mas a partir de uma experimentação constante do que pode ser feito desse lugar do “entre”, saber modificar-se a favor do movimento, entender como comunicar ao outro caminhos possíveis sem perder o contato – ou seja, sem rupturas bruscas, conduções forçadas. O “contato” é a possibilidade de experimentar o movimento pela interdependência – uma autonomia de movimento que se faz, portanto, pela relação, pelo que não é o “sujeito”. Nesse sentido, o movimento só é possível enquanto se pensa pela situação, enquanto se permita pensar pelo corpo.

5. Revolução, contrafeitiços

Pensar em termos de “novos” ou “velhos” movimentos dentro de uma hierarquização moral que separa as lutas entre boas e más não nos parece pertinente. Mais interessante seria pensar em um processo de “montagem” permanente entre influências, rastros, fios condutores que foram perdidos, experiências que foram desperdiçadas. As lutas contra o projeto moderno de pensamento e civilização, por exemplo, nos parecem pedaços imprescindíveis para um novo respiro.

É preciso nos afastar de certa postura crítica que se propõe como denunciadora das contradições, do fetichismo, da cooptação e encarar o sistema capitalista, como propõe a filósofa feminista belga Isabelle Stengers e Philippe Pignarre (2005a), como um sistema de feitiçaria sem feitiçeiro. Para eles, não é no campo do pensamento moderno que se deve definir o capitalismo – seguindo, de certa forma, algumas intuições do vocabulário “espectral” do próprio Marx no qual o Estado é descrito como “aparição”, o valor de troca como “uma visão”, “alucinação”. (Tible, 2017a).

De outro modo, o xamã yanomami Davi Kopenawa diz que nós, os modernos, somos o “povo da mercadoria”: *Por quererem possuir todas as mercadorias, foram tomados de um desejo desmedido. Seu pensamento se esfumou e foi invadido pela noite. Fechou-se para todas as outras coisas*⁹ (Kopenawa, 2015). Se o capitalismo é pensado como um sistema de feitiçaria, isso quer dizer que estamos todos vulneráveis – não há privilégio de pensamento, não há um “fora”. E nos proteger da feitiçaria não significa “tomar consciência” do sistema de feitiçaria – todos sabem bem como funciona a feitiçaria, mas significa assumirmos a disposição de fabricar nossos contrafeitiços.

Não é por acaso que muitas mulheres chegam nas ocupações do MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto) nas periferias de São Paulo com relatos de um corpo deprimido e paralisado. “*Eu não conseguia fazer nada*”; “*era entrar no começo do mês, ter que pagar boleto, ter que pagar aluguel e eu não conseguia me mexer. Só chorava*”. A nova disciplina da dívida é experimentada de maneira corporificada, e depois de alguns meses na experiência coletiva das ocupações, as mulheres, em sua grande maioria evangélicas, começam a falar em “cura”: “*a luta me curou*”.

Uma perspectiva revolucionária talvez tenha que assumir hoje que não há mais negociação possível com o neoliberalismo, porque o seu modo de reprodução tem a ver justamente com a extração intensiva da nossa potência de cooperação, com nosso extermínio. É urgente que trabalheemos para criar outras relações, que paremos de vender *likes* como capital político e que possamos restabelecer o comum como modo de produção. E o que o território existencial das ocupações propõe é uma certa cultura permanente do pertencimento, tecnologias de pertencimento, que deslocam o cuidado para o centro da arena, matéria viva dos contrafeitiços. Oficinas, cozinhas coletivas, cuidadorias – um fazer atrelado à vida. Uma “política do protótipo” que possa passar do protesto à proposta, da utopia aos experimentos. (Parra, 2017). Assumir essa pers-

9 <http://www.semanaon.com.br/conteudo/3554/o-povo-da-mercadoria-e-a-queda-do-ceu>

pectiva tem a ver também com a decisão de substituir a adesão a um projeto idealizado e acabado de um modo de vida ou sociedade futura, pela hipótese de experimentar construir no aqui-agora.

Do *black lives matter*, passando pelo *ciclo das praças*, indo até os secundaristas ou as ocupações urbanas dos sem-teto em São Paulo, mas também as resistências territoriais na América Latina hoje contra o extrativismo, as mineradoras, o agronegócio, o Estado policial e genocida, o que vemos são mulheres levando a política para a reprodução da vida, cuidando das relações e dos vínculos que ali se forjam, mas também extremamente preocupadas com a intensidade democrática, com a expansão contínua dos processos de decisão.

O filósofo Amador Savater¹⁰ (2017) sugere que a imagem de um militante revolucionário não seria mais aquela de pura vontade, obcecado pela passagem do “ser” para o “dever ser”. O militante é

Aquele que está comprometido ou implicado em uma situação particular e com potências particulares; a vanguarda se transforma em “retaguardas” capazes de detectar e acompanhar processos que elas não dirigem nem criam; a estratégia é um trabalho de cuidado, como de um jardineiro; a organização política é a série de dispositivos que justamente “deixam passar” a potência. (Savater, 2017).

Nos parece que uma democratização radical da política só poderá ser feita a partir de uma nova *politicidade* – uma política no feminino, como muitas feministas vêm chamando, mas também uma política que volte à forma comuna, vamos dizer assim, ao problema de organizar a vida em um território, em um lugar, uma esquina de encontro – não para fugir da disputa de poder, mas para entendermos que poder é esse que queremos disputar e para restituir nossas capacidades de decidir sobre as nossas vidas. E essa experiência radical é o que pode inventar novas institucionalidades e que pode, outra vez, fazer com que consigamos oferecer medo ao poder.

Por fim, nos parece que uma outra proposição importante presente nessa nova geração política no Brasil, nos movimentos negros, feministas, nos movimentos populares, na reformulação potente do lugar da periferia e da favela é a festa. Os povos indígenas e muitos povos da África sempre souberam da potência da festa como forma de permanecerem em guerra. “O corpo que dança e luta é campo de batalha” (Di Giovanni, 2017). O comitê invisível, no livro *Aos nossos amigos* (2016), afirma que “tornar-se revolucionário é se entregar a uma felicidade difícil, mas imediata”.

¹⁰ <http://lobosuelto.com/?p=13117>

Se o fascismo tem conseguido mobilizar o sentimento de impotência dos corpos para um projeto autoritário de dominação, nossa matéria-prima terá que ser de natureza radicalmente diferente: nossa nova radicalidade precisa ter a ver com uma paixão de liberdade. Outros Maiores de 68: intenso e agora.

Referências Bibliográficas:

- BENJAMIN, Walter. **"Teses sobre o conceito da história"**. Em Obras escolhidas, vol. 1, magia, técnica e política. Ensaio sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 222-232
- BUTLER, Judith. "O queer é uma aliança de pessoas em vidas precárias". Entrevista feita pela Agência **Patrícia Galvão** em 2015. Consultado em: agencia-patriciagalvao.org.br/mulheres-de-olho-2/judith-butler-o-queer-e-uma-alianca-de-pessoas-em-vidas-precarias/
- CARNEIRO DA CUNHA, Manuela; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. "Vingança e temporalidade: os Tupinambá". In: **Journal de la Société des Américanistes**. Paris, Tome 71, 1985. pp. 191-208.
- CLASTRES, Pierre. **2003 [1974] A sociedade contra o Estado**, Trad. Theo Santiago, São Paulo, Cosac & Naify
- COMITÉ INVISÍVEL. **Aos nossos amigos: Crise e insurreição**. N-1 edições, 2016.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. **A Nova Razão do Mundo - Ensaio sobre a Sociedade Neoliberal**. São Paulo: Editora Boitempo, 2016. 402 p.
- _____. O neoliberalismo é uma forma de vida. Entrevista em: <http://vaporaovento.blogspot.com.br/2016/01/o-neoliberalismo-e-uma-forma-de-vida.html>
- DELEUZE, Gilles. **Diferença e Repetição**; Tradução Luis Orlandi, Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- LEITE, Fernanda de Carvalho. **Contacto improvisação (contact improvisation), um diálogo em dança. Movimento**, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p.89-110, maio/agosto de 2005.
- MORAES, Alana; GUTIÉRREZ, Bernardo; PARRA, Henrique; ALBUQUERQUE, Hugo; TIBLE, Jean e SCHAVELZON, Salvador (org). **Junho: potência das ruas e das redes**. 1a Edição; Friedrich, Ebert, Stiftung; São Paulo, 2014.
- _____. MORAES, Alana; TIBLE, Jean. **Quando novos personagens entram em cena? Introdução. Cartografias da Emergência: Novas Lutas no Brasil**. Fundação Friedrich Ebert (FES). 2015
- NUNES, RODRIGO. It Takes Organizers to Make a Revolution. Are "organizing" and "spontaneity" really opposites? **ViewPoint Magazine**. November 9, 2017.
- PARRA, Henrique. **Política do protótipo: o caminho se faz caminhando**. Em <https://urucum.milharal.org/2017/09/14/politica-do-prototipo-o-caminho-se-faz-caminhando/>. 2017
- SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.
- SAVATER, Amador. Reimaginar la revolución. Lobo Suelto. 2017. Consultado em: <http://lobosuelto.com/?p=13117>
- STENGERS, Isabelle. Introductory notes on an ecology of practices. **Cultural Studies Review**, Vol 11, n 1, March, 2005
- _____. Stengers, Isabelle & Pignarre, Philippe. **La sorcellerie capitaliste: pratiques de désenvoûtement**. Paris: La Découverte. 2005a
- TIBLE, JEAN. **Brasil, salto interrompido**. Outras Palavras, 2017.

_____. Marx na floresta. **Margem esquerda**. São Paulo, n. 29, p.34-43, set. 2017.

WALLERSTEIN, I. La restructuración capitalista y el sistema-mundo. In: ELÍZAGA, R S. (Coord.) América Latina y el Caribe, perspectivas de su reconstrucción. México: **Asociación Latino Americana de Sociología**, 1996. p.69-85.

VIVEIROS DE CASTRO. Entrevista a André Goldfeder e redação. **Revista Cult** 204, agosto de 2015.

CADERNOS IHU IDEIAS

- N. 01 *A teoria da justiça de John Rawls* – José Nedel
- N. 02 *O feminismo ou os feminismos: Uma leitura das produções teóricas* – Edla Eggert
O Serviço Social junto ao Fórum de Mulheres em São Leopoldo – Clair Ribeiro Ziebell e Acadêmicas Anemarie Kirsch Deutrich e Magali Beatriz Strauss
- N. 03 *O programa Linha Direta: a sociedade segundo a TV Globo* – Sonia Montañño
- N. 04 *Emani M. Fiori – Uma Filosofia da Educação Popular* – Luiz Gilberto Kronbauer
- N. 05 *O ruído de guerra e o silêncio de Deus* – Manfred Zeuch
- N. 06 *BRASIL: Entre a Identidade Vazia e a Construção do Novo* – Renato Janine Ribeiro
- N. 07 *Mundos televisivos e sentidos identitários na TV* – Suzana Kilpp
- N. 08 *Simões Lopes Neto e a Invenção do Gaúcho* – Márcia Lopes Duarte
- N. 09 *Oligopólios midiáticos: a televisão contemporânea e as barreiras à entrada* – Valério Cruz Brittos
- N. 10 *Futebol, mídia e sociedade no Brasil: reflexões a partir de um jogo* – Edison Luis Gastaldo
- N. 11 *Os 100 anos de Theodor Adorno e a Filosofia depois de Auschwitz* – Márcia Tiburi
- N. 12 *A domesticação do exótico* – Paula Caleffi
- N. 13 *Pomeranas parceiras no caminho da roça: um jeito de fazer Igreja, Teologia e Educação Popular* – Edla Eggert
- N. 14 *Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros: a prática política no RS* – Gunter Axt
- N. 15 *Medicina social: um instrumento para denúncia* – Stela Nazareth Meneghel
- N. 16 *Mudanças de significado da tatuagem contemporânea* – Débora Kirschke Leitão
- N. 17 *As sete mulheres e as negras sem rosto: ficção, história e trivialidade* – Mário Maestri
- N. 18 *Um itinerário do pensamento de Edgar Morin* – Maria da Conceição de Almeida
- N. 19 *Os donos do Poder, de Raymundo Faoro* – Helga Iracema Ladgraf Piccolo
- N. 20 *Sobre técnica e humanismo* – Oswaldo Giaccia Junior
- N. 21 *Construindo novos caminhos para a intervenção societária* – Lucilda Selli
- N. 22 *Física Quântica: da sua pré-história à discussão sobre o seu conteúdo essencial* – Paulo Henrique Dionísio
- N. 23 *Atualidade da filosofia moral de Kant, desde a perspectiva de sua crítica a um solipsismo prático* – Valério Rohden
- N. 24 *Imagens da exclusão no cinema nacional* – Miriam Rossini
- N. 25 *A estética discursiva da tevê e a (des)configuração da informação* – Nísia Martins do Rosário
- N. 26 *O discurso sobre o voluntariado na Universidade do Vale do Rio dos Sinos* – UNISINOS – Rosa Maria Serra Bavaresco
- N. 27 *O modo de objetivação jornalística* – Beatriz Alcaraz Marocco
- N. 28 *A cidade afetada pela cultura digital* – Paulo Edison Belo Reyes
- N. 29 *Prevalência de violência de gênero perpetrada por companheiro: Estudo em um serviço de atenção primária à saúde* – Porto Alegre, RS – José Fernando Dresch Kronbauer
- N. 30 *Getúlio, romance ou biografia?* – Juremir Machado da Silva
- N. 31 *A crise e o êxodo da sociedade salarial* – André Gorz
- N. 32 *A meia luz: a emergência de uma Teologia Gay* – Seus dilemas e possibilidades – André Sidnei Musskopf
- N. 33 *O vampirismo no mundo contemporâneo: algumas considerações* – Marcelo Pizarro Noronha
- N. 34 *O mundo do trabalho em mutação: As reconfigurações e seus impactos* – Marco Aurélio Santana
- N. 35 *Adam Smith: filósofo e economista* – Ana Maria Bianchi e Antonio Tiago Loureiro Araújo dos Santos
- N. 36 *Igreja Universal do Reino de Deus no contexto do emergente mercado religioso brasileiro: uma análise antropológica* – Ailton Luiz Jungblut
- N. 37 *As concepções teórico-analíticas e as proposições de política econômica de Keynes* – Fernando Ferrari Filho
- N. 38 *Rosa Egipcíaca: Uma Santa Africana no Brasil Colonial* – Luiz Mott
- N. 39 *Malthus e Ricardo: duas visões de economia política e de capitalismo* – Gentil Corazza
- N. 40 *Corpo e Agenda na Revista Feminina* – Adriana Braga
- N. 41 *A (anti)filosofia de Karl Marx* – Leda Maria Paulani
- N. 42 *Veblen e o Comportamento Humano: uma avaliação após um século de “A Teoria da Classe Ociosa”* – Leonardo Monteiro Monasterio
- N. 43 *Futebol, Mídia e Sociabilidade. Uma experiência etnográfica* – Edson Luis Gastaldo, Rodrigo Marques Leistner, Ronei Teodoro da Silva e Samuel McGinity
- N. 44 *Genealogia da religião. Ensaio de leitura sistêmica de Marcel Gauchet. Aplicação à situação atual do mundo* – Gérard Donnadieu
- N. 45 *A realidade quântica como base da visão de Teilhard de Chardin e uma nova concepção da evolução biológica* – Lothar Schäfer
- N. 46 *“Esta terra tem dono”. Disputas de representação sobre o passado missionário no Rio Grande do Sul: a figura de Sepé Tiaraju* – Ceres Karam Brum
- N. 47 *O desenvolvimento econômico na visão de Joseph Schumpeter* – Achyles Barcelos da Costa
- N. 48 *Religião e elo social. O caso do cristianismo* – Gérard Donnadieu
- N. 49 *Copérnico e Kepler: como a terra saiu do centro do universo* – Geraldo Monteiro Sigaud
- N. 50 *Modernidade e pós-modernidade – luzes e sombras* – Evilázio Teixeira
- N. 51 *Violências: O olhar da saúde coletiva* – Éldia Azevedo Hennington e Stela Nazareth Meneghel
- N. 52 *Ética e emoções morais* – Thomas Kesseling
Juízos ou emoções: de quem é a primazia na moral? – Adriano Naves de Brito
- N. 53 *Computação Quântica. Desafios para o Século XXI* – Fernando Haas
- N. 54 *Atividade da sociedade civil relativa ao desarmamento na Europa e no Brasil* – An Vranckx
- N. 55 *Terra habitável: o grande desafio para a humanidade* – Gilberto Dupas
- N. 56 *O decrescimento como condição de uma sociedade convivial* – Serge Latouche
- N. 57 *A natureza da natureza: auto-organização e caos* – Günter Küppers
- N. 58 *Sociedade sustentável e desenvolvimento sustentável: limites e possibilidades* – Hazel Henderson
- N. 59 *Globalização – mas como?* – Karen Gloy
- N. 60 *A emergência da nova subjetividade operária: a sociabilidade invertida* – Cesar Sanson
- N. 61 *Incidente em Antares e a Trajetória de Ficção de Erico Veríssimo* – Regina Zilberman
- N. 62 *Três episódios de descoberta científica: da caricatura empirista a uma outra história* – Fernando Lang da Silveira e Luiz O. Q. Peduzzi
- N. 63 *Negações e Silenciamentos no discurso acerca da Juventude* – Cátia Andressa da Silva

- N. 64 *Getúlio e a Gira: a Umbanda em tempos de Estado Novo* – Artur Cesar Isaia
- N. 65 *Darcy Ribeiro e o O povo brasileiro: uma alegoria humanista tropical* – Léa Freitas Perez
- N. 66 *Adoece: Morrer ou Viver? Reflexões sobre a cura e a não cura nas reduções jesuítico-guaranis (1609-1675)* – Eliane Cristina Deckmann Fleck
- N. 67 *Em busca da terceira margem: O olhar de Nelson Pereira dos Santos na obra de Guimarães Rosa* – João Guilherme Barone
- N. 68 *Contingência nas ciências físicas* – Fernando Haas
- N. 69 *A cosmologia de Newton* – Ney Lemke
- N. 70 *Física Moderna e o paradoxo de Zenon* – Fernando Haas
- N. 71 *O passado e o presente em Os Inconfidentes, de Joaquim Pedro de Andrade* – Miriam de Souza Rossini
- N. 72 *Da religião e de juventude: modulações e articulações* – Léa Freitas Perez
- N. 73 *Tradição e ruptura na obra de Guimarães Rosa* – Eduardo F. Coutinho
- N. 74 *Raça, nação e classe na historiografia de Moysés Vellinho* – Mário Maestri
- N. 75 *A Geologia Arqueológica na Unisinos* – Carlos Henrique Nowatzki
- N. 76 *Campesinato negro no período pós-abolição: repensando Coronelismo, enxada e voto* – Ana Maria Lugão Rios
- N. 77 *Progresso: como mito ou ideologia* – Gilberto Dupas
- N. 78 *Michael Aglietta: da Teoria da Regulação à Violência da Moeda* – Octávio A. C. Conceição
- N. 79 *Dante de Laytano e o negro no Rio Grande Do Sul* – Moacyr Flores
- N. 80 *Do pré-urbano ao urbano: A cidade missioneira colonial e seu território* – Arno Alvarez Kern
- N. 81 *Entre Canções e versos: alguns caminhos para a leitura e a produção de poemas na sala de aula* – Gláucia de Souza
- N. 82 *Trabalhadores e política nos anos 1950: a ideia de "sindicalismo populista" em questão* – Marco Aurélio Santana
- N. 83 *Dimensões normativas da Biótica* – Alfredo Culleton e Vicente de Paulo Barretto
- N. 84 *A Ciência como instrumento de leitura para explicar as transformações da natureza* – Atílio Chassot
- N. 85 *Demanda por empresas responsáveis e Ética Concorrencial: desafios e uma proposta para a gestão da ação organizada do varejo* – Patrícia Almeida Ashley
- N. 86 *Autonomia na pós-modernidade: um delírio?* – Mario Fleig
- N. 87 *Gauchismo, tradição e Tradicionalismo* – Maria Eunice Maciel
- N. 88 *A ética e a crise da modernidade: uma leitura a partir da obra de Henrique C. de Lima Vaz* – Marcelo Perine
- N. 89 *Limites, possibilidades e contradições da formação humana na Universidade* – Laurício Neumann
- N. 90 *Os índios e a História Colonial: lendo Cristina Pompa e Regina Almeida* – Maria Cristina Bohn Martins
- N. 91 *Subjetividade moderna: possibilidades e limites para o cristianismo* – Franklin Leopoldo e Silva
- N. 92 *Saberes populares produzidos numa escola de comunidade de catadores: um estudo na perspectiva da Etnomatemática* – Daiane Martins Bocasanta
- N. 93 *A religião na sociedade dos indivíduos: transformações no campo religioso brasileiro* – Carlos Alberto Steil
- N. 94 *Movimento sindical: desafios e perspectivas para os próximos anos* – Cesar Sanson
- N. 95 *De volta para o futuro: os precursores da nanotecnologia* – Peter A. Schulz
- N. 96 *Vianna Moog como intérprete do Brasil* – Enildo de Moura Carvalho
- N. 97 *A paixão de Jacobina: uma leitura cinematográfica* – Mari-nês Andrea Kunz
- N. 98 *Resiliência: um novo paradigma que desafia as religiões* – Susana Maria Rocca Larrosa
- N. 99 *Sociabilidades contemporâneas: os jovens na lan house* – Vanessa Andrade Pereira
- N. 100 *Autonomia do sujeito moral em Kant* – Valerio Rohden
- N. 101 *As principais contribuições de Milton Friedman à Teoria Monetária: parte 1* – Roberto Camps Moraes
- N. 102 *Uma leitura das inovações bio(nano)tecnológicas a partir da sociologia da ciência* – Adriano Premebida
- N. 103 *ECODI – A criação de espaços de convivência digital virtual no contexto dos processos de ensino e aprendizagem em metaverso* – Eliane Schlemmer
- N. 104 *As principais contribuições de Milton Friedman à Teoria Monetária: parte 2* – Roberto Camps Moraes
- N. 105 *Futebol e identidade feminina: um estudo etnográfico sobre o núcleo de mulheres gremistas* – Marcelo Pizarro Noronha
- N. 106 *Justificação e prescrição produzidas pelas Ciências Humanas: Igualdade e Liberdade nos discursos educacionais contemporâneos* – Paula Corrêa Henning
- N. 107 *Da civilização do segredo à civilização da exibição: a família na vitrine* – Maria Isabel Barros Bellini
- N. 108 *Trabalho associado e ecologia: vislumbrando um ethos solidário, temo e democrático?* – Telmo Adams
- N. 109 *Transumanismo e nanotecnologia molecular* – Celso Candido de Azambuja
- N. 110 *Formação e trabalho em narrativas* – Leandro R. Pinheiro
- N. 111 *Autonomia e submissão: o sentido histórico da administração* – Yeda Crusius no Rio Grande do Sul – Mário Maestri
- N. 112 *A comunicação paulina e as práticas publicitárias: São Paulo e o contexto da publicidade e propaganda* – Denis Gerson Simões
- N. 113 *Isto não é uma janela: Flusser, Surrealismo e o jogo contra* – Esp. Yentl Delanhesi
- N. 114 *SBT: jogo, televisão e imaginário de azar brasileiro* – Sonia Montañó
- N. 115 *Educação cooperativa solidária: perspectivas e limites* – Carlos Daniel Baioto
- N. 116 *Humanizar o humano* – Roberto Carlos Fávoro
- N. 117 *Quando o mito se torna verdade e a ciência, religião* – Róber Freitas Bachinski
- N. 118 *Colonizando e descolonizando mentes* – Marcelo Dascal
- N. 119 *A espiritualidade como fator de proteção na adolescência* – Luciana F. Marques e Débora D. Dell Aglio
- N. 120 *A dimensão coletiva da liderança* – Patrícia Martins Fagundes Cabral e Nedio Seminotti
- N. 121 *Nanotecnologia: alguns aspectos éticos e teológicos* – Eduardo R. Cruz
- N. 122 *Direito das minorias e Direito à diferenciação* – José Rogério Lopes
- N. 123 *Os direitos humanos e as nanotecnologias: em busca de marcos regulatórios* – Wilson Engelman
- N. 124 *Desejo e violência* – Rosane de Abreu e Silva
- N. 125 *As nanotecnologias no ensino* – Solange Binotto Fagan
- N. 126 *Câmara Cascudo: um historiador católico* – Bruna Rafaela de Lima
- N. 127 *O que o câncer faz com as pessoas? Reflexos na literatura universal: Leo Tolstói – Thomas Mann – Alexander Soljenitsin – Philip Roth – Karl-Josef Kuschel*
- N. 128 *Dignidade da pessoa humana e o direito fundamental à identidade genética* – Ingo Wolfgang Sarlet e Selma Rodrigues Petterle
- N. 129 *Aplicações de caos e complexidade em ciências da vida* – Ivan Amaral Guerini
- N. 130 *Nanotecnologia e meio ambiente para uma sociedade sustentável* – Paulo Roberto Martins
- N. 131 *A philia como critério de inteligibilidade da mediação comunitária* – Rosa Maria Zaia Borges Abrão
- N. 132 *Linguagem, singularidade e atividade de trabalho* – Marlene Teixeira e Ederson de Oliveira Cabral
- N. 133 *A busca pela segurança jurídica na jurisdição e no processo sob a ótica da teoria dos sistemas sociais de Nicklass Luhmann* – Leonardo Grison
- N. 134 *Motores Biomoleculares* – Ney Lemke e Luciano Hennemann
- N. 135 *As redes e a construção de espaços sociais na digitalização* – Ana Maria Oliveira Rosa

- N. 136 *De Marx a Durkheim: Algumas apropriações teóricas para o estudo das religiões afro-brasileiras* – Rodrigo Marques Leistner
- N. 137 *Redes sociais e enfrentamento do sofrimento psíquico: sobre como as pessoas reconstroem suas vidas* – Breno Augusto Souto Maior Fontes
- N. 138 *As sociedades indígenas e a economia do dom: O caso dos guaranis* – Maria Cristina Bohn Martins
- N. 139 *Nanotecnologia e a criação de novos espaços e novas identidades* – Marise Borba da Silva
- N. 140 *Platão e os Guarani* – Beatriz Helena Domingues
- N. 141 *Direitos humanos na mídia brasileira* – Diego Airoso da Motta
- N. 142 *Jornalismo Infantil: Apropriações e Aprendizagens de Crianças na Recepção da Revista Recreio* – Greyce Vargas
- N. 143 *Derrida e o pensamento da desconstrução: o redimensionamento do sujeito* – Paulo Cesar Duque-Estrada
- N. 144 *Inclusão e Biopolítica* – Maura Corcini Lopes, Kamila Lockmann, Morgana Doménica Hattege e Viviane Klaus
- N. 145 *Os povos indígenas e a política de saúde mental no Brasil: composição simétrica de saberes para a construção do presente* – Bianca Sordi Stock
- N. 146 *Reflexões estruturais sobre o mecanismo de REDD* – Camila Moreno
- N. 147 *O animal como próximo: por uma antropologia dos movimentos de defesa dos direitos animais* – Caetano Sordi
- N. 148 *Avaliação econômica de impactos ambientais: o caso do aterro sanitário em Canoas-RS* – Fernanda Schutz
- N. 149 *Cidadania, autonomia e renda básica* – Josué Pereira da Silva
- N. 150 *Imagética e formações religiosas contemporâneas: entre a performance e a ética* – José Rogério Lopes
- N. 151 *As reformas político-econômicas pombalinas para a Amazônia: e a expulsão dos jesuítas do Grão-Pará e Maranhão* – Luiz Fernando Medeiros Rodrigues
- N. 152 *Entre a Revolução Mexicana e o Movimento de Chiapas: a tese da hegemonia burguesa no México ou "por que voltar ao México 100 anos depois"* – Claudia Wasseman
- N. 153 *Globalização e o pensamento econômico franciscano: Orientação do pensamento econômico franciscano e Caritas in Veritate* – Stefano Zamagni
- N. 154 *Ponto de cultura teko arandu: uma experiência de inclusão digital indígena na aldeia kaiowá e guarani Te'ityke no município de Caarapó-MS* – Neimar Machado de Sousa, Antonio Brand e José Francisco Sarmiento
- N. 155 *Civilizar a economia: o amor e o lucro após a crise econômica* – Stefano Zamagni
- N. 156 *Intermitências no cotidiano: a clínica como resistência inventiva* – Mário Francis Petry Londero e Simone Mainieri Paulon
- N. 157 *Democracia, liberdade positiva, desenvolvimento* – Stefano Zamagni
- N. 158 *"Passemos para a outra margem": da homofobia ao respeito à diversidade* – Omar Lucas Perrot Fortes de Sales
- N. 159 *A ética católica e o espírito do capitalismo* – Stefano Zamagni
- N. 160 *O Slow Food e novos princípios para o mercado* – Eriberto Nascente Silveira
- N. 161 *O pensamento ético de Henri Bergson: sobre As duas fontes da moral e da religião* – André Brayner de Farias
- N. 162 *O modus operandi das políticas econômicas keynesianas* – Fernando Ferrari Filho e Fábio Henrique Bittes Terra
- N. 163 *Cultura popular tradicional: novas mediações e legitimações culturais de mestres populares paulistas* – André Luiz da Silva
- N. 164 *Será o decrescimento a boa nova de Ivan Illich?* – Serge Latouche
- N. 165 *Agostos! A "Crise da Legalidade": vista da janela do Consulado dos Estados Unidos em Porto Alegre* – Carla Simone Rodeghero
- N. 166 *Convivialidade e decrescimento* – Serge Latouche
- N. 167 *O impacto da plantação extensiva de eucalipto nas culturas tradicionais: Estudo de caso de São Luís do Paraitinga* – Marcelo Henrique Santos Toledo
- N. 168 *O decrescimento e o sagrado* – Serge Latouche
- N. 169 *A busca de um ethos planetário* – Leonardo Boff
- N. 170 *O salto mortal de Louk Hulsman e a desinstitucionalização do ser: um convite ao abolicionismo* – Marco Antonio de Abreu Scapini
- N. 171 *Sub specie aeternitatis – O uso do conceito de tempo como estratégia pedagógica de religação dos saberes* – Gerson Egas Severo
- N. 172 *Theodor Adorno e a frieza burguesa em tempos de tecnologias digitais* – Bruno Pucci
- N. 173 *Técnicas de si nos textos de Michel Foucault: A influência do poder pastoral* – João Roberto Barros II
- N. 174 *Da mônada ao social: A intersubjetividade segundo Levinas* – Marcelo Fabri
- N. 175 *Um caminho de educação para a paz segundo Hobbes* – Lucas Mateus Dalsotto e Everaldo Cescon
- N. 176 *Da magnitude e ambivalência à necessária humanização da tecnociência segundo Hans Jonas* – Jelson Roberto de Oliveira
- N. 177 *Um caminho de educação para a paz segundo Locke* – Odair Camati e Paulo César Nodari
- N. 178 *Crime e sociedade estamental no Brasil: De como a lei es como la serpiente; solo pica a los descalzos* – Lenio Luiz Streck
- N. 179 *Um caminho de educação para a paz segundo Rousseau* – Mateus Boldori e Paulo César Nodari
- N. 180 *Limites e desafios para os direitos humanos no Brasil: entre o reconhecimento e a concretização* – Afonso Maria das Chagas
- N. 181 *Apátridas e refugiados: direitos humanos a partir da ética da alteridade* – Gustavo Oliveira de Lima Pereira
- N. 182 *Censo 2010 e religiões: reflexões a partir do novo mapa religioso brasileiro* – José Rogério Lopes
- N. 183 *A Europa e a ideia de uma economia civil* – Stefano Zamagni
- N. 184 *Para um discurso jurídico-penal libertário: a pena como dispositivo político (ou o direito penal como "discurso-limite")* – Augusto Jobim do Amaral
- N. 185 *A identidade e a missão de uma universidade católica na atualidade* – Stefano Zamagni
- N. 186 *A hospitalidade frente ao processo de reassentamento solidário aos refugiados* – Joseane Mariê Schuck Pinto
- N. 187 *Os arranjos colaborativos e complementares de ensino, pesquisa e extensão na educação superior brasileira e sua contribuição para um projeto de sociedade sustentável no Brasil* – Marcelo F. de Aquino
- N. 188 *Os riscos e as loucuras dos discursos da razão no campo da prevenção* – Luis David Castel
- N. 189 *Produções tecnológicas e biomédicas e seus efeitos produtivos e prescritivos nas práticas sociais e de gênero* – Marlene Tamanini
- N. 190 *Ciência e justiça: Considerações em torno da apropriação da tecnologia de DNA pelo direito* – Claudia Fonseca
- N. 191 *#VEMpraRUA: Outono brasileiro? Leituras* – Bruno Lima Rocha, Carlos Gadea, Giovanni Alves, Giuseppe Cocco, Luiz Werneck Vianna e Rudá Ricci
- N. 192 *A ciência em ação de Bruno Latour* – Leticia de Luna Freire
- N. 193 *Laboratórios e Extrações: quando um problema técnico se torna uma questão sociotécnica* – Rodrigo Ciconet Domelles
- N. 194 *A pessoa na era da biopolítica: autonomia, corpo e subjetividade* – Heloisa Helena Barboza
- N. 195 *Felicidade e Economia: uma retrospectiva histórica* – Pedro Henrique de Moraes Campetti e Tiago Wickstrom Alves
- N. 196 *A colaboração de Jesuítas, Leigos e Leigas nas Universidades confiadas à Companhia de Jesus: o diálogo entre humanismo evangélico e humanismo tecnocientífico* – Adolfo Nicolás
- N. 197 *Brasil: verso e reverso constitucional* – Fábio Konder Comparato

- N. 198 *Sem-religião no Brasil: Dois estranhos sob o guarda-chuva* – Jorge Claudio Ribeiro
- N. 199 *Uma ideia de educação segundo Kant: uma possível contribuição para o século XXI* – Felipe Braganholo e Paulo César Nodari
- N. 200 *Aspectos do direito de resistir e a luta social por moradia urbana: a experiência da ocupação Raízes da Praia* – Natalia Martinuzzi Castilho
- N. 201 *Desafios éticos, filosóficos e políticos da biologia sintética* – Jordi Maiso
- N. 202 *Fim da Política, do Estado e da cidadania?* – Roberto Romano
- N. 203 *Constituição Federal e Direitos Sociais: avanços e recuos da cidadania* – Maria da Glória Gohn
- N. 204 *As origens históricas do racionalismo, segundo Feyerabend* – Miguel Ângelo Flach
- N. 205 *Compreensão histórica do regime empresarial-militar brasileiro* – Fábio Konder Comparato
- N. 206 *Sociedade tecnológica e a defesa do sujeito: Technological society and the defense of the individual* – Karla Saraiva
- N. 207 *Territórios da Paz: Territórios Produtivos?* – Giuseppe Cocco
- N. 208 *Justiça de Transição como Reconhecimento: limites e possibilidades do processo brasileiro* – Roberta Camineiro Baggio
- N. 209 *As possibilidades da Revolução em Elul* – Jorge Barrantes-Parra
- N. 210 *A grande política em Nietzsche e a política que vem em Agamben* – Márcia Rosane Junges
- N. 211 *Foucault e a Universidade: Entre o governo dos outros e o governo de si mesmo* – Sandra Caponi
- N. 212 *Verdade e História: arqueologia de uma relação* – José D'Assunção Barros
- N. 213 *A Relevante Herança Social do Pe. Amstad SJ* – José Odelso Schneider
- N. 214 *Sobre o dispositivo. Foucault, Agamben, Deleuze* – Sandro Chignola
- N. 215 *Repensar os Direitos Humanos no Horizonte da Libertação* – Alejandro Rosillo Martínez
- N. 216 *A realidade complexa da tecnologia* – Alberto Cupani
- N. 217 *A Arte da Ciência e a Ciência da Arte: Uma abordagem a partir de Paul Feyerabend* – Hans Georg Flickinger
- N. 218 *O ser humano na idade da técnica* – Humberto Galimberti
- N. 219 *A Racionalidade Contextualizada em Feyerabend e suas Implicações Éticas: Um Paralelo com Alasdair MacIntyre* – Halina Macedo Leal
- N. 220 *O Marquês de Pombal e a Invenção do Brasil* – José Eduardo Franco
- N. 221 *Neurofuturos para sociedades de controle* – Timothy Lenoir
- N. 222 *O poder judiciário no Brasil* – Fábio Konder Comparato
- N. 223 *Os marcos e as ferramentas éticas das tecnologias de gestão* – Jesús Conill Sancho
- N. 224 *O restabelecimento da Companhia de Jesus no extremo sul do Brasil (1842-1867)* – Luiz Fernando Medeiros Rodrigues
- N. 225 *O grande desafio dos indígenas nos países andinos: seus direitos sobre os recursos naturais* – Xavier Albó
- N. 226 *Justiça e perdão* – Xabier Etxeberria Mauleon
- N. 227 *Paraguai: primeira vigilância massiva norte-americana e a descoberta do Arquivo do Terror (Operação Condor)* – Martín Almada
- N. 228 *A vida, o trabalho, a linguagem. Biopolítica e biocapitalismo* – Sandro Chignola
- N. 229 *Um olhar biopolítico sobre a bioética* – Anna Quintanas Feixas
- N. 230 *Biopoder e a constituição étnico-racial das populações: Racionalismo, eugenia e a gestão biopolítica da mestiçagem no Brasil* – Gustavo da Silva Kern
- N. 231 *Bioética e biopolítica na perspectiva hermenêutica: uma ética do cuidado da vida* – Jesús Conill Sancho
- N. 232 *Migrantes por necessidade: o caso dos senegaleses no Norte do Rio Grande do Sul* – Diroeu Benincá e Vânia Aguiar Pinheiro
- N. 233 *Capitalismo biocognitivo e trabalho: desafios à saúde e segurança* – Elisa Cristine Bevan
- N. 234 *O capital no século XXI e sua aplicabilidade à realidade brasileira* – Róber Iturriet Avila e João Batista Santos Conceição
- N. 235 *Biopolítica, raça e nação no Brasil (1870-1945)* – Mozart Linhares da Silva
- N. 236 *Economias Biopolíticas da Dívida* – Michael A. Peters
- N. 237 *Paul Feyerabend e Contra o Método: Quarenta Anos do Início de uma Provocação* – Halina Macedo Leal
- N. 238 *O trabalho nos frigoríficos: escravidão local e global?* – Leandro Inácio Walter
- N. 239 *Brasil: A dialética da dissimulação* – Fábio Konder Comparato
- N. 240 *O irrepresentável* – Homero Santiago
- N. 241 *O poder pastoral, as artes de governo e o estado moderno* – Castor Bartolomé Ruiz
- N. 242 *Uma crise de sentido, ou seja, de direção* – Stefano Zamagni
- N. 243 *Diagnóstico Socioterritorial entre o chão e a gestão* – Dirce Koga
- N. 244 *A função-educador na perspectiva da biopolítica e da governamentalidade neoliberal* – Alexandre Filordi de Carvalho
- N. 245 *Esquecer o neoliberalismo: aceleracionismo como terceiro espírito do capitalismo* – Moysés da Fontoura Pinto Neto
- N. 246 *O conceito de subsunção do trabalho ao capital: rumo à subsunção da vida no capitalismo biocognitivo* – Andrea Fumagalli
- N. 247 *Educação, indivíduo e biopolítica: A crise do governo* – Dora Lília Marin-Díaz
- N. 248 *Reinvenção do espaço público e político: o individualismo atual e a possibilidade de uma democracia* – Roberto Romano
- N. 249 *Jesuitas em campo: a Companhia de Jesus e a questão agrária no tempo do CLACIAS (1966-1980)* – Iraneidson Santos Costa
- N. 250 *A Liberdade Vigida: Sobre Privacidade, Anonimato e Vigilância com a Internet* – Pedro Antonio Dourado de Rezende
- N. 251 *Políticas Públicas, Capitalismo Contemporâneo e os horizontes de uma Democracia Estrangeira* – Francini Lube Guizardi
- N. 252 *A Justiça, Verdade e Memória: Comissão Estadual da Verdade* – Carlos Frederico Guazzelli
- N. 253 *Reflexões sobre os espaços urbanos contemporâneos: quais as nossas cidades?* – Vinícius Nicastro Honesko
- N. 254 *Ubuntu como ética africana, humanista e inclusiva* – Jean-Bosco Kokozi Kashindi
- N. 255 *Mobilização e ocupações dos espaços físicos e virtuais: possibilidades e limites da reinvenção da política nas metrópoles* – Marcelo Castañeda
- N. 256 *Indicadores de Bem-Estar Humano para Povos Tradicionais: O caso de uma comunidade indígena na fronteira da Amazônia Brasileira* – Luiz Felipe Barbosa Lacerda e Luis Eduardo Acosta Muñoz
- N. 257 *Cerrado. O laboratório antropológico ameaçado pela desterritorialização* – Altair Sales Barbosa
- N. 258 *O impensado como potência e a desativação das máquinas de poder* – Rodrigo Karmy Bolton
- N. 259 *Identidade de Esquerda ou Pragmatismo Radical?* – Moysés Pinto Neto
- N. 260 *Itinerários versados: redes e identizações nas periferias de Porto Alegre?* – Leandro Rogério Pinheiro
- N. 261 *Fugindo para a frente: limites da reinvenção da política no Brasil contemporâneo* – Henrique Costa
- N. 262 *As sociabilidades virtuais glocalizadas na metrópole: experiências do ativismo cibernético do grupo Direitos Urbanos no Recife* – Breno Augusto Souto Maior Fontes e Davi Barboza Cavalcanti
- N. 263 *Seis hipóteses para ler a conjuntura brasileira* – Sauro Bellezza
- N. 264 *Saúde e igualdade: a relevância do Sistema Único de Saúde (SUS)* – Stela N. Meneghel
- N. 265 *Economia política aristotélica: cuidando da casa, cuidando do comum* – Armando de Melo Lisboa
- N. 266 *Contribuições da teoria biopolítica para a reflexão sobre os direitos humanos* – Aline Albuquerque
- N. 267 *O que resta da ditadura? Estado democrático de direito e exceção no Brasil* – Giuseppe Tosi



Alana Moraes de Souza. Antropóloga, doutoranda no Museu Nacional-UFRJ. É coorganizadora do livro *Junho: potência das ruas e das redes* (F. Ebert, 2014) e *Cartografias da emergência: novas lutas no Brasil* (F. EBERT, 2015). Pesquisa novas formas de politização no Brasil a partir da experiência das ocupações urbanas do movimento dos trabalhadores sem teto (MTST) na periferia de São Paulo. Estuda os cruzamentos entre política, gênero e classe e epistemologia feminista. É parte do cursinho popular Dandara na ocupação povo sem medo do Capão Redondo e da rede de pesquisa-luta Urucum.

Algumas publicações do autor

SOUZA, Alana. Moraes. Vida das estatísticas e a vida das mulheres: sobre as possibilidades de produzir dados afetados e o caso da pesquisa do IPEA. *Revista Ártemis*, Paraíba, v17, p.25-40, 2014

_____. A Cúpula dos povos por novos paradigmas: uma análise sobre a organização da sociedade civil. *Boletim OPSA*, Rio de Janeiro, v.2, p.40-44, 2012

Outras contribuições

SOUZA, Alana. Moraes. Marielle e os dois pilares do poder e do capitalismo: o patriarcado e o aparato do Estado penal racista. Entrevista publicada por IHU on-Line, em 23 de Março de 2018. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/577270>

_____. Movimentos tradicionais, autonomistas e um novo ciclo de lutas no Brasil. Entrevista especial publicada por IHU on-Line, em 28 de Abril de 2017. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/567067>

_____. Não existe “outro mundo para se construir”. Existem outras relações e modos de vida a se construir nesse mesmo mundo. Entrevista especial publicada por IHU on-Line, em 24 de Outubro de 2017. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/572943>



UNISINOS